

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90.178/2025

FRIBURGÁS COMÉRCIO VAREJISTA DE GLP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.401.278/0001-64, com sede à RUA NICOLA YEZZI, 379, LOTE 6, QUADRA F, NOVA SUÍÇA, NOVA FRIBURGO – RJ, vem à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, com amparo no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/21, assim como no item 10 do Edital, interpor, **TEMPESTIVAMENTE**,

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que **HABILITOU** de forma equivocada a empresa **CDM FORTE GÁS LTDA**. no certame acima discriminado, pelas razões que passará a expor, requerendo o seu conhecimento e reconsideração ou, em caso negativo, a remessa à **AUTORIDADE SUPERIOR**, para apreciação e julgamento.

I – RESUMO DOS FATOS

Trata-se de procedimento licitatório realizado pela Prefeitura de Nova Friburgo, na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo de julgamento menor preço por item, que tem por objeto:

2.1 - O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÁS GLP P13KG E P45KG, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo no ano de 2026, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.**”

Após apresentação de propostas e fase de habilitação, a Ilma. Pregoeira declarou a empresa CDM FORTE GÁS LTDA classificada e habilitada.

Todavia, não obstante o zeloso trabalho da Equipe Técnica entende-se que a habilitação da Recorrida **contraria frontalmente os princípios que regem as licitações públicas, especialmente a legalidade, a vinculação ao edital e o julgamento objetivo**, insculpidos na Constituição Federal e na Lei de Licitações, o que não se pode permitir.

Isso porque, a Recorrida apresentou documentos com informações divergentes, bem como não cumpriu com o requisito de qualificação técnica, tendo em vista a insuficiência de atestados de capacidade técnica.

Sucintamente descritos os fatos ocorridos, impende trazer preciosos e minuciosos esclarecimentos para compreensão do caso submetido a Vossa análise, que certamente irão subsidiar a reconsideração da combatida decisão de habilitação da Recorrida.

É o relatório do necessário.

II - DAS RAZÕES QUE ENSEJAM A INABILITAÇÃO DA RECORRIDA

Inicialmente, antes de adentrar ao mérito propriamente dito, rememora-se que o edital é a lei do certame, devendo ser cumprido estritamente, razão pela qual o proponente, ao apresentar sua proposta, deve se encontrar apto para apresentar a documentação exigida, tanto na fase de lances, quanto na fase de habilitação, sob pena de afrontar diametralmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual aduz que a não observância das regras e condições impostas no edital acarretará a ilegalidade.

Assim, o Edital é ato normativo que disciplina a finalidade a que se quer obter, sendo editado por atribuição de competência e, por isso, se encontra jungido à Constituição Federal e à Lei, obrigando reciprocamente o órgão licitante e as empresas licitantes, vez que constitui Lei entre as partes e constitui instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação, sendo certo que ***“ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia”***, bem como os contidos no Art. 5º. da Lei das Licitações, *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).” (Grifo nosso)

É de bom alvitre ressaltar ainda que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Significa dizer que o princípio impõe à Administração e ao recorrente a observância das normas estabelecidas no edital, de forma objetiva, sempre zelando pela competitividade, sem, contudo, afastar a incidência da necessidade da conformidade com as leis e a Constituição da República.

No caso em tela, uma vez demonstrada a ausência de apresentação de documento de habilitação devidamente capaz de comprovar as exigências do edital, há inconformidade com critérios legalmente estabelecidos, tanto pela lei, quanto pelos termos do próprio Edital, de forma que deveria a autoridade ter-se atentado para a impossibilidade de ser a empresa declarada vencedora, havendo na decisão afronte aos princípios da legalidade e da vinculação ao Edital.

A observância aos princípios acima expostos é **IMPERIOSA** à atividade pública, inclusive no âmbito das licitações. Assim, a liberdade para a Administração definir as condições da contratação administrativa deve ser restrita, obedecendo orientações legislativas já vigentes e aplicáveis ao teor da contratação.

O ilustre professor Hely L. Meirelles ensina que “[...] *enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei permite.*” Comando que traduz com maestria o significado do princípio da legalidade.

A toda evidência que o cuidado para a plena satisfação e preservação do interesse público é dever primordial dos entes públicos que, ao assim procederem, darão concretude ao comando constitucional insculpido no *caput* do art. 37, da Constituição Federal de 1988, que lista os princípios a que a Administração Pública está submetida integralmente.

O próprio sistema jurídico, baseado em princípios e textos normativos, observa as situações que possam ensejar um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, **incitando a ampla concorrência, PORÉM, sempre mediante o estreito balizamento legal**, atendendo sempre ao princípio da vinculação ao edital.

O professor Hely Lopes Meirelles conceitua esse princípio da seguinte forma:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é o princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação ou propostas em desacordo com o solicitado. O edital é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu (art. 41)” (in DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, Hely Lopes Meirelles, 19ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1994, pág. 249/250).

Sob os auspícios da vinculação ao edital, portanto, tem-se que a empresa ora Recorrida o descumpriu flagrantemente, como a seguir se verá.

II.1. DO DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Conforme se extrai do item 5.1.4 do Edital, o licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances. Senão vejamos:

5.1.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Já o item 5.1.5 informa ser responsabilidade da empresa licitante a atualização das informações da empresa junto aos órgãos responsáveis pelas informações, DEVENDO



PROCEDER IMEDIATAMENTE À CORREÇÃO OU À ALTERAÇÃO DOS REGISTROS, sob pena de desclassificação da empresa.

5.1.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Pois bem, para fins de habilitação jurídica da empresa, o item 16 do Edital dispõe que:

16. HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.1 – **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.5 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

O item 16.11 informa que todos os documentos apresentados DEVERÃO estar acompanhados de TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSILIDAÇÃO RESPECTIVA, fato este que não foi observado pela empresa supostamente vencedora, conforme restará demonstrado.

A empresa CDM FORTE GAS LTDA apresentou comprovante de inscrição e de situação cadastral de pessoa jurídica do ano de 2023, possuindo como endereço R. Maninha Carriço, S/N, Quadra 284, Lote 0169, Jardim Flamboyant, Cabo Frio, possuindo como sócio o Senhor José Carlos Martini, além de ter apresentado Alvará de Licença e Funcionamento do ano de 2019, também no endereço do Jardim Flamboyant.

• CNPJ APRESENTADO PELA LICITANTE:

28/08/2023, 17:54

about:blank

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 35.237.693/0001-15 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/10/2019
NOME EMPRESARIAL CDM FORTE GAS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) JC FORTE GAS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MANINHA CARRICO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO QUADRA284 LOTE 0169	
CEP 28.910-350	BAIRRO/DISTRITO JARDIM FLAMBOYANT	MUNICÍPIO CABO FRIO	UF RJ



- INSCRIÇÃO ESTADUAL:



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

CNPJ/CPF 35.237.693/0001-15	Inscrição Estadual 11.581.960	Data da concessão da inscrição 18/10/2019
Nome empresarial CDM FORTE GAS LTDA		
Título do estabelecimento CDM FORTE GAS		
Natureza Jurídica Sociedade Empresária Limitada	Tipo de unidade principal Unidade Operacional	
Regime de apuração Simples nacional - Não Optante Simei	Situação do Sublimite do Simples Nacional ICMS no Simples Nacional	
Endereço do estabelecimento RUA MANINHA CARRICO, SN QUADRA:284;LOTE:0169 JARDIM FLAMBOYANT - CABO FRIO RJ 28.910-350		

- ALVARÁ DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO:



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DIVAC - ISS

ALVARÁ FÁCIL



ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O Prefeito de Cabo Frio, usando das atribuições legais **AUTORIZA** a concessão de **LICENÇA** à:

Nome da Empresa CDM FORTE GÁS - EIRELI	CNPJ da Empresa 05.237.693/0001-15
Endereço da Empresa R. MANINHA CARRICO, SN - QUADRA 294, LOTE 0169 - JARDIM D'AMBOYANT - CEP: 28910350	
Atividade Econômica Principal 4784903 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	

Ademais, todos os documentos da empresa apresentados possuem a informação de que o Sr. José Carlos Martini seria o administrador e responsável pela empresa supostamente vencedora, tendo, inclusive, passado uma procuração para que a Sra. Valéria Cristina da Silva representasse a empresa.

PROCURAÇÃO

A empresa **CDM FORTE GÁS - LTDA** inscrita no **CNPJ nº35.237.693/0001-15**, representado neste ato pelo Senhor **JOSÉ CARLOS MARTINI**, inscrito no **CPF nº 900.477.888-87** nomeia e constitui seus bastantes procuradores:

PROCURADOR	DOC.IDENTIDADE	CPF
VALERIA CRISTINA DASILVA	237585427SSP/RJ	130.590.317-03

A quem confere amplos gerais e ilimitado poderes, para representá-lo (a) perante a ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ESFERA MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FORÇAS ARMADAS, MARINHA DO BRASIL, FORÇA AÉREA BRASILEIRO, EXÉRCITO BRASILEIRO E OUTROS.

podendo gerir, assinar, requerer e administrar toda e qualquer situação que se fizer necessária, participar de pregões e processos licitatórios digitais e presenciais, fazer oferta de lances, assinar propostas, realizar e assinar credenciamentos, consultar e abrir processos, assinar todo e qualquer documento do interesse da empresa, com plenos e amplos poderes para

Entretanto, ao analisarmos detidamente as informações da empresa, pode-se constatar que o sócio-administrador da empresa é o Sr. Jefferson Martini, além de o endereço da empresa ser o da Avenida Jorge Almeida Junior, Quadra 27, Lote 12, Colinas do Perú, conforme se constata nos documentos abaixo:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 35.237.693/0001-15 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/10/2019
NOME EMPRESARIAL CDM FORTE GAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) JC FORTE GAS		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV JORGE ALMEIDA JUNIOR	NUMERO 0	COMPLEMENTO QUADRA27 LOTE 12
CEP 28.921-830	BAIRRO/DISTRITO COLINAS DO PERO	MUNICÍPIO CABO FRIO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JF.MARTINI@ICLOUD.COM		TELEFONE (22) 2222-2222

Com base nas informações acima, pode-se afirmar que a empresa CDM FORTE GÁS LTDA apresentou documentação (inclusive de habilitação) indicando o senhor José Carlos Martini como sócio administrador e único. Contudo, em consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal (CNPJ), que é a base oficial e atualizada para informações societárias, o Quadro Societário Atualizado (QSA) indica o senhor Jefferson Ferreira Martini como sócio administrador e único.

Esta divergência é crucial e acende um alerta significativo para a veracidade das informações declaradas pela licitante.

Ademais, a procuração concedendo poderes para a Sra. Valéria representar a empresa CDM FORTE GÁS não possui validade, pois, como amplamente informado, o Sr. José Carlos não possui qualquer vínculo com a referida empresa, não possuindo poderes para representar ou para passar poderes a terceiros para que representem a empresa em licitações, nesse sentido, inclusive, é o entendimento dos Tribunais Pátrios. Senão vejamos:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.
AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.

PROCURAÇÃO OUTORGADA POR QUEM NÃO POSSUIA PODERES PARA TAL . ILEGITIMIDADE PASSIVA. 1. Dispunha o art. 37 do CPC/73 (atual artigo 104 do NCPC) que o advogado não seria admitido a postular em juízo sem o instrumento do mandato . De outra parte, nos termos do art. 651, § 1º, do Código Civil, considera-se inexistente mandato quando não conste no processo, ou, quando, embora conste, seja outorgado por quem não tem poderes para isso. 2. A procuração outorgada por sócio sem poderes é considerada inexistente, pois assinada por membro sem legitimidade para tal, e configura defeito de representação a impor o não conhecimento da ação . 3. Nos termos do artigo 568, I, do CPC/73, devedores são os responsáveis pelo adimplemento da obrigação, reconhecidos como tal no título executivo, bem como os que, por efeito de situação legitimadora, incorrem na órbita da responsabilidade executiva, a exemplo do fiador judicial. 4. Ainda que ambas as empresas possuam sócios em comum ou participem do mesmo grupo econômico, tais circunstâncias, por si só, não são suficientes para autorizar a desconsideração de suas personalidades jurídicas, de modo a legitimar quem não participou do negócio jurídico para figurar no polo passivo da execução . 5. Portanto, a execução deve ser intentada em face de quem efetivamente participou da relação negocial, sob pena de incidência de vício insanável a justificar a extinção do processo, sem julgamento do mérito, pela ilegitimidade da parte, pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. 6. Apelação improvida .

(TRF-3 - Ap: 00084045120144036104, Relator.: DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY, Data de Julgamento: 27/06/2017, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: c-DJF3 Judicial 1 DATA:06/07/2017)

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS . NÃO CONHECIMENTO.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso ordinário interposto pela reclamada, cujá procuração foi outorgada por sócio sem poderes para tanto, conforme o contrato social da empresa . A reclamante arguiu a nulidade do recurso em contrarrazões, alegando a irregularidade da representação.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO



2. Há duas questões em discussão: (i) definir se há irregularidade de representação que impede o conhecimento do recurso ordinário; (ii) estabelecer a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais em razão do não conhecimento do recurso .

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. A procuração que outorgou poderes à advogada da reclamada foi assinada por um diretor adjunto, sem a legitimidade prevista no contrato social da empresa, que exige assinatura conjunta dos diretores presidente, técnico, financeiro e administrativo para outorga de mandatos.

4 . A procuração outorgada por sócio sem poderes é considerada inexistente, pois assinada por membro sem legitimidade para tal, consoante a Súmula nº 383, I, do TST.

5. O não conhecimento do recurso, por irregularidade na representação, enseja a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC e da jurisprudência do STJ (Tese 1059), que exige o desprovimento integral do recurso ou seu não conhecimento para a majoração .

IV. DISPOSITIVO E TESE

5. Recurso não conhecido.

Tese de julgamento:

1 . A procuração outorgada por sócio sem poderes expressos no contrato social é considerada inexistente, acarretando a irregularidade de representação e o não conhecimento do recurso.

2. O não conhecimento do recurso por irregularidade de representação autoriza a majoração dos honorários sucumbenciais.

Dispositivos relevantes citados: Art . 85, § 11, do CPC; Súmula nº 383, I, do TST.

Jurisprudência relevante citada: Tese 1059 do STJ.

(TRT-18 - ROT: 00118203520245180006, Relator.: WELINGTON LUIS PEIXOTO, Data de Julgamento: 10/07/2025, 1ª TURMA - Gab. Des . Wellington Luis Peixoto)

Com base nessas informações, a Ilma. Pregoeira deveria ter desclassificado a empresa em razão da ausência de representação válida da empresa CDM FORTE GAS.

A Lei nº 14.133/2021 preza pela transparência e fidedignidade das informações prestadas pelos licitantes, desta forma, a apresentação de informações societárias



inconsistentes com os registros oficiais deve configurar uma infração administrativa grave, nos termos do Item 23.1.4 do Edital:

"23.1.4 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa: [...] 23.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;"

É de amplo conhecimento que a Administração Pública depende da exatidão dos dados fornecidos para garantir a segurança jurídica da contratação, por este motivo, a identificação correta dos responsáveis pela empresa é fundamental para todos os atos administrativos e contratuais.

A inconsistência das informações da empresa supostamente vencedora levanta sérias dúvidas sobre a regularidade da licitante e a capacidade de cumprimento do objeto, pois a incoerência de endereços em documentos tão cruciais para a habilitação técnica e fiscal pode levar à inabilitação, conforme estabelecido no Item 15.7.1 do Edital, além de a empresa ter sido representada por pessoa que não possuía poderes para tanto.

O descumprimento da determinação legal é flagrante no que tange à habilitação da Recorrida, de forma que não merece maiores temperos jurídicos, visto que o princípio do julgamento objetivo é princípio estipulado no art. 5º da Lei de Licitações e não admite interpretações que venham a ferir seu conteúdo.

Em tema de licitação, quanto à discricionariedade conferida ao administrador público, a valoração subjetiva no julgamento é reduzida e delimitada pelo contido no Edital.

Ademais, ressalta-se que fere o princípio da isonomia ignorar as exigências legais, ainda mais em detrimento das demais empresas que cumprem rigorosamente, afrontando reflexamente o princípio da legalidade.

Nesse sentido, tendo em vista que a empresa não cumpriu com o disposto no Edital, essa Recorrente requer seja revista a decisão que habilitou a Recorrida e, com a força dos argumentos arrolados, torna-se imperiosa a reforma da decisão administrativa, eis que outra medida conforme o direito não há!



II.2- DO DESCUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Outro descumprimento da empresa CDM FORTE GAS na licitação em tela diz respeito à qualificação técnica da empresa.

Conforme se extrai do Item 19 do Edital, a empresa licitante deve comprovar possuir aptidão técnica para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados.

E, de forma ainda mais específica, o Item 19.2.1 estabelece as características mínimas para as parcelas de maior relevância, quais sejam:

COTA PRINCIPAL: Gás GLP em cilindro de 13Kg (pelo menos 576 Gás GLP em cilindro de 13Kg);

COTA PRINCIPAL: Gás GLP em cilindro de 45Kg (pelo menos 1.153 Gás GLP em cilindro de 45Kg);

COTA RESERVADA: Gás GLP em cilindro de 13Kg (pelo menos 192 Gás GLP em cilindro de 13Kg);

COTA RESERVADA: Gás GLP em cilindro de 45Kg (pelo menos 89 Gás GLP em cilindro de 45Kg).

Em análise dos atestados apresentados pela CDM FORTE GÁS LTDA, verifica-se as seguintes inconsistências:

- **Atestados "Carapebus 2023" e "Atestado Carapebus 2024":**

Os referidos atestados não indicam o quantitativo gás fornecido pela empresa, bem como possui erro de identificação.

Os atestados "Atestado Carapebus_2023", que na verdade é da cidade de Paracambi, já indica uma inconsistência de identificação.

O "Atestado_Carapebus_2024" não indica a quantidade de gás entregue, não atendendo, portanto, à compatibilidade qualitativa e quantitativa exigida pelo Item 19.2.1.

A ausência dessa informação impede a aferição da capacidade técnica da empresa para as parcelas de maior relevância, tornando-os imprestáveis para fins de comprovação.

O Edital é claro ao exigir a comprovação de quantitativos mínimos, e atestados que não detalham essas informações não cumprem a finalidade para a qual são solicitados. A não conformidade com as especificações técnicas é motivo de desclassificação, conforme o Item 14.3.5:

"Será desclassificada a proposta vencedora que:

[...]

14.3.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável."

- **Atestado do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro (Companhia Capitão Manoel Theodoro):**

O referido atestado possui erro de conversão de unidades.

O atestado emitido pelo Ministério da Defesa utiliza como unidade de medida dos itens adquiridos "QUILOGRAMA", entretanto, ao converter os dados citados no documento para as unidades de botijões de 13Kg e 45Kg de GLP (unidades exigidas pelo Edital), verifica-se que as quantidades fornecidas foram: 2 P13 (26Kg) e 50 P45 (2250Kg).

Embora a conversão seja possível, a quantidade resultante (2 P13 e 50 P45) é extremamente baixa e claramente insuficiente para atender às exigências de qualificação técnica para as parcelas de maior relevância, que demandam 576 unidades de P13 ou 1.153 unidades de P45 para a Cota Principal e 192 unidades P13 ou 89 unidades P45 para a Cota Reservada.

O referido atestado, portanto, não comprova a capacidade técnica mínima exigida, mesmo após a correta conversão, sendo necessária a desconsideração do referido atestado.

- **Atestado da GUIDAN DE BONSUCESSO COMÉRCIO DE GÁS LTDA:**

O referido atestado possui ilegitimidade da assinatura e conflito de Interesses.

O atestado de capacidade técnica emitido pela empresa GUIDAN DE BONSUCESSO COMÉRCIO DE GÁS LTDA foi assinado pela senhora ROSE APARECIDA MACHADO BASTOS.



Ocorre que, em consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal (sistema REDESIM), consta como único sócio inscrito no quadro societário desta empresa o senhor JEFFERSON FERREIRA MARTINI, o mesmo que figura como sócio administrador e único da CDM FORTE GÁS LTDA.

Há, portanto, duas irregularidades graves no referido atestado, sendo a a ilegitimidade da Assinatura, pois não há especificação da relação da senhora Rose Aparecida Machado Bastos com a empresa GUIDAN DE BONSUCESSO COMÉRCIO DE GÁS LTDA, nem comprovação de sua autoridade e legitimidade para representá-la na emissão do documento em questão.

Ora, é de amplo conhecimento que um atestado de capacidade técnica, por sua natureza, deve ser emitido por representante legal ou por alguém com poderes para tal, devidamente comprovado, desta forma, a ausência dessa comprovação invalida o atestado.

Há de se ressaltar que, caso o senhor Jefferson Ferreira Martini seja, de fato, o único sócio da licitante declarada vencedora do certame (CDM FORTE GÁS LTDA) e também o único sócio da empresa GUIDAN DE BONSUCESSO COMÉRCIO DE GÁS LTDA, conforme suscitado no presente recurso, há um claro conflito de interesses, pois um atestado de capacidade técnica emitido por uma empresa para outra que pertence ao mesmo grupo societário, ou que possui o mesmo sócio, é uma prática que deve ser questionada e, em muitos casos, invalidada.

Não há dúvidas de que a emissão de atestados entre empresas do mesmo grupo econômico fere o princípio da isonomia e da competitividade, além de suscitar dúvidas sobre a imparcialidade e fidedignidade da comprovação da experiência, pois a comprovação de que o fornecedor tem experiência deve vir de terceiros independentes, e não de si mesmo, ainda que por meio de outra pessoa jurídica.

A combinação dessas duas falhas invalida completamente este atestado de capacidade técnica, tornando-o inaceitável para fins de habilitação.

II.3- DO NÃO ATENDIMENTO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA MESMO COM ATRIBUÍDA VALIDADE AOS ATESTADOS

Considerando a invalidade dos atestados contestados e a insuficiência do atestado do Ministério da Defesa, a licitante CDM FORTE GÁS LTDA não supre as exigências editalícias das parcelas de maior relevância em nenhum dos 4 itens licitados.

A análise da Recorrente indica que restariam comprovados, em atestados válidos, o fornecimento de apenas 55 unidades de P13 e 6 unidades de P45, números muito aquém dos mínimos exigidos no Item 19.2.1 do Edital.

Adicionalmente, para demonstrar a fragilidade da qualificação técnica da licitante, mesmo que, por hipótese e apenas para argumentar, todos os atestados contestados fossem considerados válidos, a licitante supostamente vencedora ainda assim não atenderia à parcela de maior relevância exigida para o item 4 (Cota Principal: Gás GLP em cilindro de 45Kg, pelo menos 1.153 unidades).

Com a soma de todos os atestados (mesmo os contestados), a empresa atingiria um máximo comprovado de 606 unidades de P45 fornecidos, o que está muito distante dos 1.153 P45 exigidos.


Portanto, em qualquer cenário, a CDM FORTE GÁS LTDA não demonstrou possuir a qualificação técnica mínima exigida pelo Edital para as parcelas de maior relevância, o que, por si só, é motivo suficiente para sua inabilitação ou desclassificação.

A qualificação técnica é um pilar fundamental para garantir que a Administração contratará uma empresa apta a executar o objeto, evitando prejuízos e assegurando a continuidade dos serviços essenciais. A não observância desses requisitos pode comprometer o interesse público e a segurança da contratação, o que não se pode permitir.

III – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, confiante no espírito público dessa Ilustre Pregoeira, aduzidas as razões que balizaram e fundamentam o presente recurso administrativo, com supedâneo nas legislações vigentes, requer o recebimento e análise da presente peça, por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade previstos **e, ainda, que lhe seja dado provimento para reformar a decisão NO SENTIDO DE QUE SEJA INABILITADA A EMPRESA ORA RECORRIDA, POR FLAGRANTE DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO PRESENTE CERTAME.**

Outrossim, caso seja mantida a decisão impugnada, requer sejam explicitados, em razões fundamentadas, os motivos pelos quais essa respeitável equipe técnica resolveu manter seu posicionamento, sendo o presente recurso encaminhado para apreciação da Autoridade Superior.



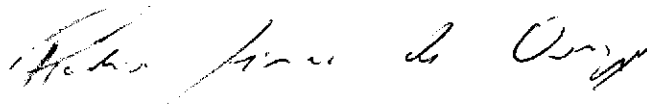
Na hipótese de não ser reformada a decisão ora objurgada, sabe-se que tal posição não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao órgão de controle, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 29 de janeiro de 2026.

FRIBURGÁS COMÉRCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Representante Legal



**FRIBURGÁS COMÉRCIO
VAREJISTA DE GLP LTDA
CNPJ: 26.401.278/0001-64
Tels: (22) 2528-6558 / (22) 99603-1011**